

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ADMINISTRAÇÃO: reflexões de sua contribuição para a formação profissional

Rosane Calgaro Festinalli¹
Liliane Canopf²
Ornella Bertuol³

Resumo

Este estudo se propõe a acrescentar alguns subsídios à discussão da contribuição do estágio supervisionado em administração para a formação profissional. Relata informações pertinentes contidas na legislação própria e em autores que abordam esse tema. A discussão é ampliada através de pesquisa de campo com estagiários do curso de Administração de duas instituições de ensino superior da Região Sudoeste do Paraná. O estudo se caracteriza como exploratório, com aplicação de questionários fechados a um universo de 158 estagiários, tendo 114 respondentes. As considerações finais reconhecem, a partir da legislação, das perspectivas dos autores e da visão dos acadêmicos, a efetiva contribuição do estágio na formação profissional. Além disso, revelam a existência de contradição a partir da mudança na concepção de estágio exposta nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Administração, publicadas em 2005.

Palavras-chave: *Estágio supervisionado; formação profissional.*

¹ Docente do Curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. E-mail: rfestinalli@bol.com.br

² Docente do Curso de Administração da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus de Pato Branco. E-mail: lilianee@pb.ecfetpr.br

³ Docente do Curso de Administração da Faculdade de Pato Branco - FADEP. E-mail: ornella@fadep.br

SUPERVISED TRAINEESHIP IN ACADEMIC BUSINESS COURSE: reflections upon its contribution for the professional qualification

Abstract

***Abstract:** This study intends to provide some data to the discussion concerning the contribution of supervised traineeship in academic business course for the professional qualification. It reports pertinent information present in its own legislation and in authors that approach that theme. Our discussion is enhanced by means of field research with trainees of Academic Business Courses of two institutions of higher education in the southwest area of Paraná. The study is characterized as exploratory, with the application of closed questionnaires in a realm of 158 trainees, with 114 respondents. The final considerations recognize, from the legislation, the authors' perspectives and the academics' vision, the effective contribution of the traineeship in the professional qualification. Besides, they reveal the existence of contradiction concerning the change in the traineeship conception exposed in the Curricular Policies for the Academic Business Course, published in 2005.*

***Key-words:** Supervised traineeship; professional qualification.*

Introdução

O Estágio Supervisionado é prática oficialmente presente em diversos cursos superiores do Brasil, especialmente cursos de cunho profissionalizante, desde 1977. Além da obrigatoriedade presente na legislação que originou a prática de estágio, diversos autores (PICONEZ, 1991; PIMENTA, 1995; ZABALZA, 2004) enfatizam a contribuição dessa fase dos estudos para a formação profissional. A presença do estágio nas grades curriculares dos cursos aponta para o fato dele contribuir de alguma forma para a formação dos futuros profissionais.

No entanto nas Diretrizes Curriculares aprovadas para o Curso de Administração em 2005, depois de 18 anos de obrigatoriedade, o estágio passa a ser um elemento opcional para o currículo do curso, apesar de mantidas orientações que o consideram como forma de complementar a formação do acadêmico. Esta mudança suscita novas questões além das já existentes com relação ao tema.

Ao tratar de estágio, Piconez (1991) considera que existem algumas questões implícitas ao seu desenvolvimento que determinam o alcance e o impacto da realização do estágio na formação do profissional. Dentre elas estão: a compreensão dos vínculos estabelecidos entre o estágio e os demais componentes do currículo; o valor atribuído ao estágio por docentes e discentes; o eixo articulador da relação teórico-prática na formação do profissional. Para tanto, uma das inquietações de quem atua nesta formação está em definir a sua concepção do profissional que se quer formar considerando o contexto de inserção e as condições profissionais da classe a que pertence.

Partindo da concepção presente na legislação, aliada à discussão promovida por alguns autores, algumas inquietações motivaram a realização do presente estudo acerca da contribuição do estágio supervisionado para a formação profissional em Administração. Diante da realidade presente em dois cursos de Administração de duas instituições da Região Sudoeste do Paraná alguns questionamentos são pertinentes: de que forma se dá o processo do estágio supervisionado? Quais são os agentes envolvidos na realização do trabalho e qual o papel de cada um deles? Qual é a visão dos estagiários a partir da sua experiência no estágio?

Na tentativa de elucidar essas questões, o presente trabalho se propõe discutir a contribuição do estágio para a formação dos futuros profissionais, considerando a perspectiva da legislação, de alguns autores e de uma amostra de estagiários. Para tanto, inicialmente apresenta a legislação pertinente ao estágio supervisionado no Brasil, mais especificamente para os cursos de administração. Na seqüência, aborda uma breve discussão sobre o papel do estágio na formação do profissional em Administração, bem como, o processo de realização e os agentes envolvidos na sua efetivação. Estão expostos também os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, os resultados obtidos e sua análise, seguidos das considerações finais.

Concepções da Legislação sobre Estágio Supervisionado

O estágio curricular supervisionado foi instituído pela Lei Federal n.º 6.494, sancionada em 07/12/1977 (BRASIL, 1977) e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 87.497 de 18/08/1982 (BRASIL, 1982). Tais documentos definem o estágio supervisionado como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem, proporcionando uma experiência prática na linha de formação do acadêmico. O decreto 87.497/1982 em seu artigo 2º considera estágio “as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho” que podem ser efetivadas em organizações públicas ou privadas e até mesmo na comunidade em geral. Tanto a lei quanto o decreto esclarecem que o estágio deve estar articulado com a proposta curricular do curso em questão e deve ser planejado, executado e avaliado pela instituição de ensino superior.

A observação dos documentos que originaram o estágio supervisionado revela a sua intenção explícita de aproximação do estudante ao mercado de trabalho, como complemento da formação. Nos documentos são mencionados os agentes que fazem parte do processo de estágio, sendo eles o estagiário, a instituição de ensino e a organização concessora do estágio, com maior ênfase no papel do estagiário e da instituição de ensino.

A legislação que instituiu o currículo mínimo para formação em Administração -Resolução do Conselho Federal de Educação – CFE de 02/1993 - fixou carga horária mínima de 300h/a para o estágio, equivalendo a 10% do total de horas previsto para o curso (BRASIL, 1993). Em relação ao estágio, o referido documento trata somente da carga horária, mantendo-o como atividade obrigatória para a graduação em Administração. Já o parecer 146/2002 do Conselho de Educação Superior e Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2002), além de reforçar a permanência do estágio como atividade regular e obrigatória, define-o como conteúdo curricular implementador do perfil do formando. Além disso, o documento enfatiza a necessidade de um processo contínuo de acompanhamento das atividades que torne possível ao acadêmico reconhecer a necessidade de retificação da aprendizagem nos aspectos que se revelarem insuficientes. O parecer ressalta a relevância do estágio para a formação como um mecanismo de revisão constante do

processo de ensino-aprendizagem e um elemento fundamental de inserção do acadêmico na realidade de atuação.

As Diretrizes Curriculares aprovadas para o Curso de Administração pela Resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2005) reforçam a orientação presente em documentos anteriores (Lei 6.494/77; Decreto 87.497/82; Parecer 146/02), acerca da atribuição de cada instituição para a organização do programa de estágio curricular supervisionado considerando o direcionamento dado ao projeto pedagógico do Curso de Administração. Também são mencionados no documento a necessidade de regulamentação própria, o programa de atividades, a supervisão, o acompanhamento e os procedimentos de avaliação dessa fase dos estudos. A possibilidade de reprogramação e reorientação do programa de estágio de acordo com os resultados alcançados gradualmente pelos alunos, conforme revelar o sistema de acompanhamento adotado pela instituição, permanece na orientação das diretrizes de 2005.

Um elemento novo neste documento é o fato de o estágio ser um elemento opcional para o currículo do curso. A observação das manifestações presentes nos documentos anteriores, enfatizando a relevância do estágio para a formação do profissional em Administração, gera certa dicotomia, pois, ao mesmo tempo em que se mantém o discurso acerca da contribuição do estágio para formação, ele é colocado como atividade optativa. Os presidentes do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional da Graduação em Administração (ANGRAD), através de um comunicado nacional emitido em setembro de 2005 (ANGRAD/CFA, 2005), manifestaram sua preocupação com a opção dada pela legislação. O comunicado esclarece que o estágio continua a ser percebido, por essas instituições, como um componente fortalecedor do curso no qual se concretiza a relação entre a teoria e a prática para a consolidação do processo de ensino-apredizagem.

Estágio Supervisionado e Formação Profissional

A preocupação com a prática profissional do acadêmico em formação tem sido foco das discussões relacionadas ao estágio supervisionado para além do que propõe a legislação. Pimenta (1995) defende que se o curso de graduação tem por finalidade principal a

formação do profissional, é natural que a prática seja uma preocupação sistemática no currículo. Essa prática era entendida nos anos 60 como a observação e a reprodução de modelos considerados bons, utilizados no campo de trabalho do futuro profissional. Nessa época, o campo de atividade não apresentava mudanças significativas, por isso, a possibilidade de manutenção de modelos de atuação por longo período de tempo.

No caso da formação do profissional em Administração, o acadêmico poderia adquirir as habilidades da prática profissional estando presente nas organizações de negócios para observar, compreender e adotar as práticas avaliadas como eficazes e utilizadas pelos administradores experientes. Modelos como a visão sistêmica da organização e a abordagem do desenvolvimento organizacional (CARAVANTES, 1998) predominavam nesse período na gestão de negócios.

Essa perspectiva de formação, a partir da observação e reprodução de modelos, disseminou a percepção de que teoria e prática são diferentes, sendo a teoria um conjunto de regras, procedimentos e conhecimentos sistematizados que podem ser aplicados a qualquer contexto. Pimenta (1995, p. 67) relata a concepção reinante na qual “a teoria tem primazia em relação à prática e esta é aplicação daquela, podendo, eventualmente, ser corrigida ou aprimorada pela prática”. A autora caracteriza essa concepção de prática como decorrente da perspectiva positivista e alerta para a necessidade da compreensão dialética da prática.

Vasquez *apud* Pimenta (1995) defende que teoria e prática são componentes indissociáveis que fazem parte de um exercício teórico-prático. Há um campo ideal representado pela teoria, e um campo material identificado como prática. Porém, somente uma abstração pode conceber os dois campos isolados. Sendo assim, praticar a profissão significa considerar a unidade entre a teoria apreendida e a prática a ser desenvolvida. A prática inclui a análise teórica da realidade como ponto de partida e de chegada e as duas constituem o núcleo articulador da formação profissional.

Fávero (2001, p. 66) evidencia o estágio curricular como uma proposta não só formadora, mas também de ratificação da função social da universidade. Para a autora, o estágio enquanto elemento integrador deve ser visto “como uma forma de abrir caminhos a novas relações, não só no campo estritamente acadêmico, mas

também no social". A formação profissional não é fruto, nessa perspectiva, da simples freqüência a um curso de graduação. Mais do que isso, só é alcançada a partir do comprometimento com a construção de uma práxis, alicerçada na capacidade de compreensão das relações entre teoria e prática, possíveis a partir da realização do estágio curricular.

Aliando a discussão da relação teórico-prática ao estágio supervisionado, este tem a finalidade de aproximar o acadêmico da realidade onde irá atuar, não se constituindo, portanto, como momento prático do curso, mas como uma aproximação à prática. O estágio é uma fase conseqüente ao estudo da teoria e deve promover uma reflexão do futuro profissional sobre a realidade de atuação, considerando as especificidades de contexto. A finalidade do estágio vai além da aplicação imediata de técnicas aprendidas na teoria, pois a prática implica superar o fazer e remete a uma reflexão que enriquece a teoria que serviu de base para tal. "O estágio é um processo criador, de investigação, explicação, interpretação e intervenção da realidade" (DOCUMENTO SÍNTESE DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS SOBRE ESTÁGIO CURRICULAR *apud* PIMENTA, 1995, p. 74).

Para o estágio em administração, a partir da inserção na organização, o acadêmico tem condições para investigar a realidade interna e estabelecer as relações com a realidade externa, através do arcabouço de conhecimento trabalhado no decorrer do curso. As conseqüentes ações de explicação e interpretação de tal realidade permeiam o processo criativo de ações intervencionistas na organização.

Pensar o estágio supervisionado como parte de um processo amplo de formação significa concebê-lo como elemento articulador da formação, que tem nas disciplinas que compõem o currículo do curso um dos subsídios para sua efetivação. Ou seja, as disciplinas fundamentam o processo formativo que é enriquecido pela fase do estágio. Nesse sentido, Piconez (1991) argumenta que o estágio não é tarefa exclusiva do período estipulado para tal, indo além de uma atividade isolada ou mais uma parte da formação. Ele está diretamente ligado aos demais componentes do currículo do curso e deve ser influenciado pelo aprendizado ocorrido nos diversos momentos da graduação.

Zabalza (2004) concorda com Piconez (1991) e acrescenta que o estágio é um componente transversal da formação que deve

influenciar e ser influenciado por todas as disciplinas curriculares. Quando a prática nas organizações está desvinculada dos conteúdos e das metodologias das disciplinas há uma descaracterização do estágio como elemento articulador da formação profissional.

Uma argumentação semelhante é feita por Fazenda citada por Piconez (1991) quando questiona se é possível pensar em estágio sem incluí-lo em um projeto coletivo maior para a formação do profissional. Trata-se de uma prática inadequada a percepção do estágio como o salvador do curso em sua fase terminal, sem que esteja engajado com as disciplinas de formação básica, profissional e complementar. É necessário, portanto, considerar que esta fase de estudos precisa estar integrada à formação do acadêmico como administrador, em função dos diversos conteúdos tratados durante a graduação. As disciplinas de formação básica, formação complementar e formação profissional devem servir de base para o complemento do aprendizado ocorrido durante o estágio, sendo elas uma base científica, técnica, social e econômica de conhecimentos indispensáveis à compreensão do processo produtivo e do seu gerenciamento no âmbito das organizações. O estágio tem como finalidade, nessa perspectiva, a ampliação do conhecimento teórico-prático e o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural que viabilizam a aplicação dos conhecimentos da Administração à realidade de gestão das organizações (FADEP, 2003).

Pensando a formação do administrador, o estágio é um ponto de contato entre a universidade e a organização. Dessa forma, permite a observação e análise das práticas de gestão, seu aprimoramento e também das teorias que servem de base para a análise da realidade. Nas palavras de Pimenta (1995, p.71) "A reflexão sobre a prática, sua análise e interpretação constroem a teoria que retorna à prática para esclarecê-la e aperfeiçoá-la". Tem-se então, a consolidação do processo de reflexão-ação-reflexão, fundamental para a aprendizagem efetiva.

O Processo de Estágio Supervisionado e Seus Agentes

A discussão do papel do estágio supervisionado na formação do profissional de Administração suscita a análise de outros aspectos relevantes para sua operacionalização. Berger citado por Pimenta (1995) comenta sua preocupação com alguns aspectos relativos ao

planejamento e execução do estágio. Fatores como a receptividade do estagiário no campo de trabalho, as condições necessárias para efetivação do estágio, as expectativas e a avaliação que a organização faz dos estágios já realizados fazem parte do processo de formação. Percebe-se que o encaminhamento do estágio envolve uma série de variáveis que dependem não somente da atuação docente em sala de aula, mas de um conjunto de ações do corpo discente, docente, coordenação de curso e administração dos estágios, articulado com o campo de trabalho pretendido para o profissional em formação. Sendo assim, são abordados brevemente o processo do estágio e os agentes que influenciam diretamente na sua efetivação.

O Processo

Uma vez que a Instituição de Ensino Superior, ofertante do curso de graduação em Administração, estabeleça, juntamente com o Colegiado de Curso, como requisito para os acadêmicos a realização do Estágio Supervisionado, necessário se faz o estabelecimento das etapas e procedimentos inerentes à realização do mesmo, o que geralmente resulta no desenvolvimento de um Regulamento de Estágio. Porém, isto não é uma regra, diferentes cursos podem ter diferentes entendimentos de estágio supervisionado e diferentes formas de normatizá-lo. No entanto, há alguns pontos considerados básicos para iniciar o processo do estágio. Roesch (2005) considera imprescindível a definição de três, quais são: o tema do trabalho, a organização concessora e o processo de orientação.

A autora não estipula a ordem exata entre estas etapas, pois diversas circunstâncias podem influenciar na escolha, mas relembra que a seqüência do trabalho dependerá de todas já estarem atendidas. Dada a sua importância, cada uma das etapas será tratada separadamente.

Em relação a definição do tema do trabalho, é possível perceber diversas dificuldades por parte dos estagiários. Ao ingressar em um curso superior, os novos acadêmicos têm acesso a diversas informações através de fontes como a grade curricular e o manual do acadêmico, entre outras, nas quais está disposto sobre a necessidade de realização do estágio supervisionado. No entanto, a grande maioria só irá atentar para este fato na série ou ano da obrigatoriedade deste, ou, no máximo, na série ou ano

imediatamente anterior. E, apesar de receberem indicação de professores e colegas para que definam o tema o mais cedo possível, em uma área com a qual tenham afinidade e preferencialmente auxílio de um professor e da organização concessora (Roesch, 2005), o que se percebe é que esta acaba sendo a etapa mais difícil de realizada para a maioria dos acadêmicos.

Essa dificuldade pode ser reflexo de várias questões como a tentativa de conciliar o interesse da empresa, a competência e o interesse do acadêmico e do orientador. Neste momento não basta o acadêmico ter obtido boas notas em determinadas disciplinas ao longo do curso, dependerá da reflexão deste a respeito do curso como um todo e dos rumos que pretende dar à sua carreira profissional.

Na tentativa de auxiliar nessa escolha, Roesch (2005) sugere alguns critérios para a escolha do tema: ser relevante para a área da Administração; ser viável, com relação a fontes de informação, tempo e custo; ser de interesse da organização concessora e do orientador. Após analisar esses critérios, o esperado é que o acadêmico tenha conseguido estabelecer seu tema de estágio.

A escolha correta da organização concessora é fundamental para o bom andamento do estágio, mas como esta na maioria das vezes é deixada a cargo dos acadêmicos, que em sua grande maioria trabalham, a escolha geralmente recai sobre as empresas onde já atuam profissionalmente. Esta alternativa apresenta vantagens e desvantagens. Entre as vantagens pode-se citar a familiaridade com o ambiente e a possibilidade do acadêmico demonstrar habilidades e competências profissionais que não eram conhecidas por seus superiores. Como desvantagem, está um possível viés do acadêmico, que inicia o estágio com idéias pré-concebidas sobre a organização. Outra possível desvantagem é o acadêmico encontrar resistência de colegas e superiores no fornecimento de informações. Roesch (2005) sugere, para este caso, a realização do estágio em outro departamento ou seção da organização.

Parece evidente que a orientação contribui para a qualidade do trabalho final, mas é imprescindível que o acadêmico tenha idéias claras sobre o que pretende fazer e acesso às informações na organização concessora. A colaboração entre professor e acadêmico, juntamente com o interesse e conhecimento de ambos, também influenciam. Roesch (2005) ressalta que o papel do orientador é

prover meios (facilitar contatos, indicar bibliografia, sugerir métodos e técnicas) e incentivar o trabalho do acadêmico, mas que, a qualidade final é de maior responsabilidade do acadêmico, pois o orientador irá auxiliar a partir do que este apresenta, respeitando suas escolhas e seu tempo.

Roesch (1999) sugere que as fases de planejamento e execução do projeto de estágio supervisionado devem ser acompanhadas pela orientação de um professor com formação na área de Administração, que também possua conhecimentos na área de metodologia, para possibilitar a construção e execução do projeto a partir de princípios científicos. A atuação do professor orientador deve ser entendida como acompanhamento e assessoria dada ao aluno no decorrer do programa. A orientação do estágio supervisionado é considerada atividade de ensino e objetiva dar condições ao acadêmico para o desenvolvimento das atividades em consonância com os princípios e valores inerentes à realidade da sua atividade profissional, bem como ao desempenho prático necessário ao desenvolvimento das habilidades conceituais, humanas e técnicas do profissional formado em administração.

Vencidas estas etapas, o próximo passo é a elaboração do projeto de estágio. Entretanto, antes de redigir um projeto alguns passos devem ser dados. Gil (1996) e Marconi e Lakatos (2001) lembram que em primeiro lugar são necessários estudos preliminares que permitam verificar o estado da questão que se pretende desenvolver sob o aspecto teórico e de outros estudos. No caso do estágio supervisionado, esses estudos preliminares devem ser tanto decorrentes das disciplinas já cursadas pelo estagiário durante seu curso, quanto encaminhados pelo orientador.

Na etapa seguinte o estagiário, juntamente com seu orientador, deve optar pelo tipo de pesquisa que melhor se adapte ao seu tema de estágio. Roesch (2005) faz uma síntese de possibilidades: pesquisa aplicada para gerar soluções potenciais para problemas humanos; avaliação de resultados para julgar a efetividade de um plano ou programa; avaliação formativa para melhorar um programa ou plano e acompanhar sua implantação; proposição de planos para apresentar soluções para problemas já diagnosticados, podendo ou não incluir a implementação do plano; e pesquisa-diagnóstico para explorar o ambiente organizacional e de mercado, levantar e definir problemas.

Neste contínuo o projeto de estágio segue o modelo de projeto de pesquisa: apresentação do tema do trabalho, a situação problemática, a justificativa, os objetivos, revisão e discussão da literatura sobre o assunto, método a ser utilizado no trabalho, cronograma, orçamento, bibliografia e anexos (GIL, 1996). Concluído o projeto, o estagiário terá clareza nos objetivos e etapas do trabalho necessárias para alcançá-los, bem como terá ampliado seu embasamento teórico para fazer frente a realidade a ser investigada, analisada e interpretada.

A aplicação do projeto de estágio gerará o Relatório Final do Estágio Supervisionado, também chamado de Trabalho de Conclusão de Curso. Este é um documento escrito que descreve o trabalho de preparação do estágio, relata o que foi efetivamente realizado, bem como a análise dos resultados, conclusões e proposições à organização concessora do estágio. O trabalho de conclusão é apresentado a uma banca examinadora, que é pública e sua composição poderá ter variações de acordo com o regulamento de cada instituição. A apresentação tanto escrita quanto oral do trabalho comporão o conceito final do acadêmico, indicando-o ou não para a aprovação.

Roesch (2005) aponta alguns indicadores que podem auxiliar na avaliação do estágio:

- a) utilidade do trabalho para a organização concessora;
- b) conhecimento da organização demonstrado pelo estagiário;
- c) capacidade demonstrada pelo estagiário em criar clima organizacional favorável a seu trabalho;
- d) conteúdo e lógica interna do trabalho;
- e) qualidade da apresentação do trabalho escrito;
- f) qualidade da apresentação oral.

O processo de estágio pode não terminar na aprovação da banca e passar para fase de aplicação das sugestões apresentadas pelo estagiário. Como já apontado nesse trabalho, através de Pimenta (1995), o que configura o coroamento de um estágio, que requer tempo e esforços de acadêmicos, orientadores e organizações, será a capacidade do processo criador de ultrapassar as fases de investigação, explicação e interpretação, chegando à intervenção da realidade. Para alcançar este patamar, as relações entre os agentes

envolvidos durante todo o tempo do processo devem ter sido harmoniosas e cooperativas, conforme discutido a seguir.

Os Agentes

Na opinião de Roesch (2005) a operacionalização do estágio supervisionado implica na disposição de uma estrutura composta por alguns agentes que, de diversas formas, influenciam no processo de realização do estágio e, por conseqüência, no alcance de seus objetivos. Dentre estes agentes estão a relação universidade-empresa, a administração dos estágios e o estagiário como sujeito do processo.

Souza et al. (1997) chamam a atenção de que, dentre os temas que têm sido objeto de estudos e preocupação constante dos envolvidos com o ensino de Administração no Brasil, encontram-se, além da formação do administrador, a adequação do ensino de Administração à realidade nacional e a necessidade de maior integração entre universidade e empresas. Entende-se que a relação entre a instituição de ensino, formadora do futuro profissional e o conjunto de empresas atuantes na região de inserção desta, deve ser permeada por uma troca contínua de saberes. A realidade organizacional não pode ser percebida somente como fonte geradora de demandas por profissionais com esta ou aquela habilidade específica. Ao mesmo tempo em que favorece o entendimento da linha de formação a ser seguida pela universidade, a realidade organizacional tem a possibilidade de alimentá-la com informações e práticas vivenciais que servirão de cenário para a prática orientada de atuação do futuro profissional.

Plonski (1999) alerta que para tornar a relação universidade-empresa mutuamente benéfica é necessário que ambas tenham clareza das missões distintas, porém complementares, que possuem nessa relação. Chaimovich (1999) concorda, ao afirmar que um encaminhamento adequado para a interação entre a empresa e a universidade está condicionado à existência de atitudes transparentes que permitam manter as diferenças essenciais nos papéis dos envolvidos. Além disso, enfatiza que cabe à universidade preocupar-se com a pesquisa e o ensino, ou seja, geração do conhecimento e preparação de profissionais para atuarem nas

organizações do setor produtivo.

Roesch (2005) acrescenta que, no caso do estágio supervisionado, pode se verificar a quase inexistência de ações que facilitem a intermediação de organizações concessoras dos estágios para os alunos. A responsabilidade pela identificação da organização concessora do estágio geralmente fica a cargo dos acadêmicos, que, como já se disse, acabam por optar por aquelas nas quais já exercem sua atuação profissional. Apesar do grupo de docentes ter influência e/ou contatos com o meio empresarial, são raros os casos em que facilitam ou intermediam pela via institucional o acesso às organizações.

Eboli (1999) defende que a integração entre a empresa e a universidade facilita a realização dos estágios, possibilitando aos acadêmicos testarem seus conhecimentos, habilidades e competências, integrando a teoria e a prática. Para as empresas, esse momento pode se constituir uma oportunidade para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências dos seus colaboradores.

A participação da organização concessora é determinante na efetivação das ações do estágio supervisionado. Além de compreender e acatar a proposta do programa de estágio, cabe a ela designar um supervisor que acompanhará o acadêmico durante a realização do trabalho, fornecendo-lhe condições físicas e informações necessárias à realização de sua atividade na organização. Algumas instituições de ensino determinam a obrigatoriedade de o supervisor de estágio possuir formação de nível superior, preferencialmente em Administração. Contudo, a realidade empresarial revela a predominância de micro e pequenas empresas, em sua maioria de constituição familiar, onde nem sempre há o atendimento desta condição. Ressalta-se a necessidade do supervisor do estágio conhecer o programa de estágio supervisionado e seus objetivos, bem como recepcionar, situar, orientar, acompanhar, organizar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário na empresa como condições *sine qua non* para o sucesso do estágio.

Em relação à administração dos estágios, conforme o Decreto nº 87.497 de 18/08/2002 (BRASIL, 2002) a organização, orientação, supervisão e avaliação dos estágios é uma atribuição das instituições de ensino. Sendo assim, cabe ao Departamento do Curso de Administração a definição das regras que nortearão o

processo de estágio supervisionado dos acadêmicos. Inclui-se nesta função todas as atividades relacionadas à disponibilidade de docentes, distribuição dos estagiários entre os orientadores e meios de inserção do estágio nas possíveis organizações conectoras (Roesch, 2005). Para fazer frente a essas funções, normalmente, a coordenação do Departamento de Administração designa um docente para ocupar a função da Coordenação de Estágio Supervisionado, ficando suas decisões subordinadas à apreciação do Colegiado de Estágios e, se for o caso, também do Colegiado de Curso. É de fundamental importância que a Coordenação de Estágios atue de maneira sinérgica junto a orientadores, acadêmicos e organizações conectoras, mediando decisões e orientando a condução do estágio de forma que este venha cumprir o designado nas diretrizes curriculares do curso de Administração.

O estagiário, sujeito desse processo, é antes de tudo um acadêmico. Ruiz (1996) caracteriza acadêmicos como adultos, capazes de dirigir a própria vida social, disciplinar e de estudos, o que confirma a importância da participação ativa do estagiário em todas as fases do estágio. Diferentes pesquisas têm buscado delinear especificamente o perfil do acadêmico do curso de Administração, entre elas podemos citar Oliveira et al. (2005), Ferraz et al. (2005) e Godoy et al. (2005), que pesquisaram, respectivamente, 108, 73 e 441 acadêmicos de diferentes instituições e regiões do país. Apesar das diferenças das amostras, os resultados dessas pesquisas apontaram algumas características em comum como o fato de que muitos alunos começaram a estudar depois de acumularem certa experiência profissional e muitos conciliarem trabalho e estudo.

Na pesquisa conduzida por Ferraz et al. (2005) quase a metade dos entrevistados buscou o curso pelo que os pesquisadores chamaram de vocação e mais de 20% deles na busca de melhores oportunidades de trabalho. Resultado corroborado por Godoy et al. (2005, p.8) que apontou “oportunidade no mercado de trabalho” como principal motivo de escolha do curso de administração pelos acadêmicos, em segundo lugar a “aptidão pessoal” seguida por “relação com o trabalho atual”. A motivação mercadológica pareceu se confirmar, pois quase todos os acadêmicos entrevistados declararam desenvolver atividades profissionais total ou parcialmente relacionadas com o curso de administração. Estar cursando administração foi considerado determinante para inserção

profissional por 65% deles e quase 30% consideraram importante a indicação para estágio por meio de serviço ou convênios da faculdade. Essas são características acadêmicas que devem ser consideradas no momento da instituição de ensino estabelecer seu regulamento de estágio pois serão influenciadoras do processo e podem determinar o comprometimento do acadêmico com a sua realização. Na condução do estágio supervisionado cabe ao acadêmico a concentração de esforços que determinará o sucesso do processo.

Fica exposto que nenhum dos agentes anteriormente discutidos consegue, isoladamente, ancorar o estágio e conduzi-lo ao cumprimento de seus objetivos. No entanto, vale ressaltar o papel fundamental desempenhado pelo acadêmico como articulador, receptor e condutor das ações dos demais agentes. Nesse sentido, se considera como condição básica que o acadêmico conheça profundamente o Projeto Pedagógico do seu curso, bem como, o formato de inserção do estágio supervisionado neste. É somente a partir de uma visão total do curso que o acadêmico conseguirá compreender as possibilidades de formação encerradas no estágio.

Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa acerca das contribuições do estágio supervisionado para a formação em Administração foi realizada com formandos do ano de 2005 em duas instituições de ensino superior da região sudoeste do Paraná, sediadas no município de Pato Branco: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Faculdade de Pato Branco (FADEP).

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa realizada é tida como exploratória, por se tratar de um primeiro estudo que traz o aprimoramento de idéias relacionadas ao tema no contexto em questão, e como descritiva, pois descreve as opiniões de uma população delimitada de acadêmicos em relação às contribuições do estágio supervisionado para a formação em administração (GIL, 1996).

A coleta dos dados foi conduzida mediante a distribuição de questionários com perguntas fechadas de estimacão ou avaliação (MARCONI e LAKATOS, 2003) ao universo de estagiários em Administração das duas instituições de ensino, que totalizou 158

acadêmicos. O instrumento de coleta de dados foi respondido por 114 acadêmicos, perfazendo uma amostragem representativa do universo em questão. O levantamento da visão dos acadêmicos ocorreu através do tratamento estatístico das informações coletadas, possibilitando a análise de frequência das respostas.

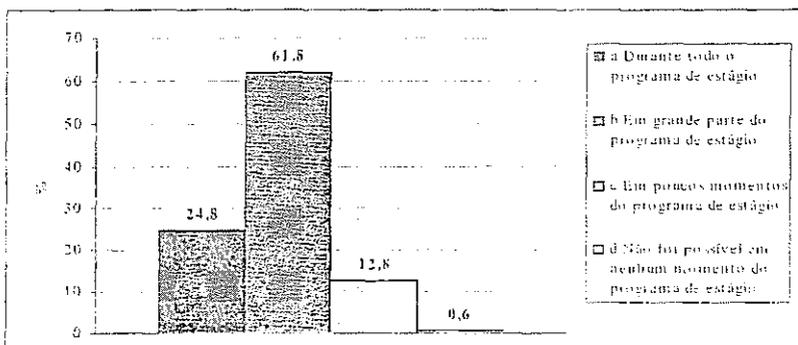
Apesar de abordar a visão de acadêmicos de duas instituições de ensino superior bastante distintas (uma pública federal e outra privada), a pesquisa não teve como objetivo traçar comparações entre as particularidades das instituições, mas sim considerar, em suas generalidades, as contribuições dos diferentes programas de estágio supervisionado das instituições para a formação acadêmica do administrador.

Apresentação e discussão dos dados

A busca pelo entendimento da visão dos acadêmicos com relação às contribuições fornecidas pelo estágio supervisionado para sua formação profissional foi baseada na compreensão de que o processo de estágio necessita, primeiramente, estar integrado às demais disciplinas cursadas pelo acadêmico, além de possibilitar um momento de vivência profissional conduzido sob orientação acadêmica. Esses dois fatores devem, na concepção que norteia esse trabalho, serem capazes de propiciar ao acadêmico a realização de um diagnóstico administrativo da organização concessora e a sugestão de modificações ou aprimoramentos em seu processo de gestão.

A questão inicial do instrumento de coleta utilizado teve como propósito verificar a opinião dos respondentes sobre a relação entre os conteúdos trabalhados nas disciplinas e o estágio. Os dados, apresentados no Gráfico 1, demonstram que a maior parte dos acadêmicos consultados (61,8%) visualiza essa relação em grande parte do programa de estágio e que 24,8% dos acadêmicos afirmam ter sido possível a visualização dos conteúdos das disciplinas durante todo o período. Isso demonstra que, apesar de existirem momentos do estágio que não estão vinculados à estrutura curricular do curso, na maior parte do processo existe a integração do estágio com ela. Os momentos em que isso não ocorre podem ser explicados por Gil (1996) e Marconi e Lakatos (2001) quando afirmam que durante o estágio novos conhecimentos são construídos, reforçando seu

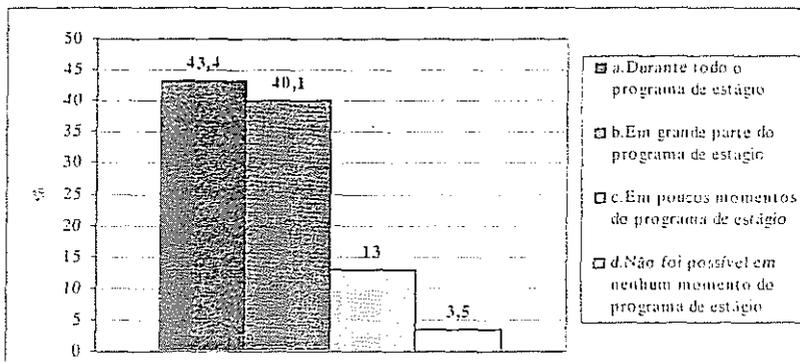
caráter de transversalidade, tornando-o capaz de ser influenciado e influenciar o conjunto dos elementos que compõem o currículo do curso (ZABALZA, 2004). A parcela dos acadêmicos que visualiza o conteúdo das disciplinas em poucos ou em nenhum momento do programa de estágio (13,8%), possivelmente, seja consequência de disfunções relacionadas ao processo e aos agentes que influenciam a operacionalização do programa de estágio, merecendo a reflexão da instituição de ensino.



Fonte: Dados da Pesquisa (2005).

Gráfico 1 - Visualização dos conteúdos das disciplinas durante a realização do estágio supervisionado em Administração.

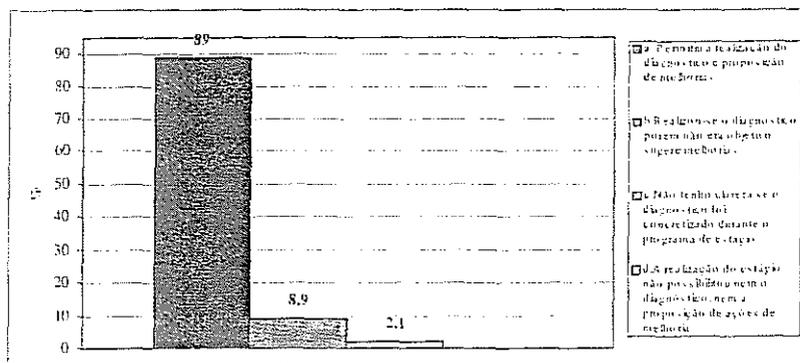
Em relação ao acompanhamento docente, o Gráfico 2 mostra que 43,4% dos acadêmicos declaram que esse ocorreu durante todo o período do estágio e 40,1% afirmam que se efetivou em grande parte do programa. De acordo com os dados, é possível perceber também que um percentual expressivo (16,5%) visualizou a vivência profissional orientada em pequena ou em nenhuma parte do programa. Isso pode demonstrar a necessidade de revisão do exercício das atribuições da orientação relacionadas ao direcionamento do trabalho, como indicação de bibliografias e sugestões de métodos e técnicas para a pesquisa, conforme aponta Roesch (2005). Além disso, pode ser explicado pela dificuldade dos acadêmicos em compreender seu papel de sujeitos do processo de formação, que tem o orientador como um mediador e não como o agente condutor do processo.



Fonte: Dados da Pesquisa (2005).

Gráfico 2 - O estágio supervisionado em Administração como um momento de vivência profissional orientada.

As respostas dos acadêmicos acerca dos objetivos do estágio, como realização do diagnóstico e proposição de melhorias, demonstram que o encaminhamento dado para o estágio pelas instituições envolvidas na pesquisa está em consonância com a proposição de Roesch (2005). A autora discute o processo de estágio sugerindo vários tipos de pesquisa, que podem ser trabalhados pelo acadêmico, permitindo o conhecimento da realidade e a sugestão ou não de melhorias na organização concessora. Dessa mesma forma, o Gráfico 3 mostra que 8,9% dos respondentes também manifestam entendimento do processo quando afirmam que houve o diagnóstico, porém não era objetivo do seu trabalho propor melhorias à gestão organizacional. Considerando que os programas de estágio das duas instituições prevêem como objetivos a realização do diagnóstico e/ou a proposição de melhorias para a organização concessora, entende-se que 2,1% dos acadêmicos que afirmam não ter sido possível o alcance desses objetivos representam aqueles que não tiveram seu trabalho encaminhado para a banca examinadora ou não foram aprovados quando da apresentação.

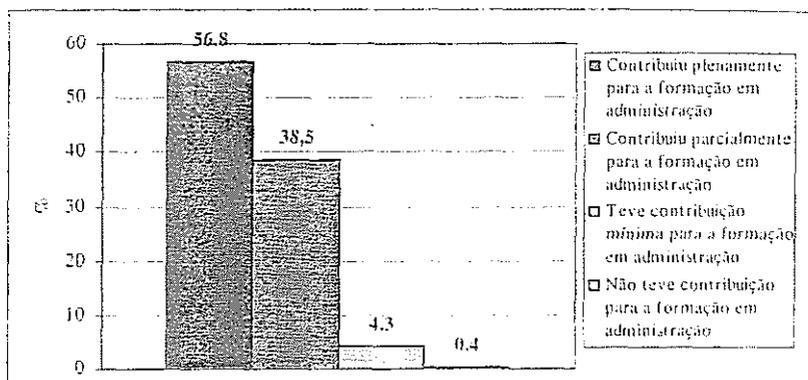


Fonte: Dados da Pesquisa (2005).

Gráfico 3 - Visão dos acadêmicos quanto à realização do diagnóstico e proposição de melhorias à organização concessora.

De acordo com o Gráfico 4 fica evidente a opinião dos participantes da pesquisa sobre a contribuição plena ou parcial do estágio para a formação profissional. Apesar das disfunções observadas em outras respostas (como a visualização dos conteúdos das disciplinas e o estágio como um momento de vivência profissional orientada), apenas 4,7% dos respondentes considera que o estágio contribuiu minimamente ou não contribuiu para sua formação em administração. Em relação aos acadêmicos que percebem a contribuição parcial do estágio (38,5%), alguns esclarecem no campo destinado à justificativa para suas respostas, que o estágio não é o único responsável pela formação, ressaltando o entendimento das Diretrizes Curriculares para o Curso de Administração de 2002 (BRASIL, 2002), nas quais o estágio é apresentado como um elemento implementador do perfil pretendido para o profissional.

A predominância da opinião sobre a contribuição plena ou parcial do estágio pode ser relacionada aos propósitos explícitos tanto na legislação que estabeleceu a obrigatoriedade dessa atividade (BRASIL, 1977; 1982), quanto na discussão dos autores consultados (PICONEZ, 1991; PIMENTA, 1995 E ZABALZA, 2004). Ambos, legislação e autores, alicerçam a construção dos programas de estágio por parte das instituições de ensino pesquisadas e estes demonstram que têm sido eficazes ao proporcionar ao acadêmico a compreensão das possibilidades encerradas na realização do estágio.



Fonte: Dados da Pesquisa (2005).

Gráfico 4 - Contribuição do estágio supervisionado para a formação em Administração.

Considerações Finais

O estágio curricular supervisionado pode ser considerado um momento ímpar de aprendizado do acadêmico, já que proporciona condições de ensaiar sua atuação profissional sob o acompanhamento de docentes, alicerçado pela instituição de ensino. Promovida a discussão sobre a sua contribuição, resgatando a legislação, autores e visão dos acadêmicos, é possível fazer algumas constatações:

- O estágio supervisionado constitui uma atividade teórico-prática que tem como sujeito do processo o acadêmico em busca do aperfeiçoamento técnico, científico e cultural. Trata-se de uma fase da formação profissional que deve estar articulada com os demais componentes do currículo do curso visando contribuir na implementação do perfil pretendido para o profissional.

- Vários são os fatores envolvidos na efetivação do estágio supervisionado. Dentre eles está o processo de realização do trabalho que depende da proposta adotada pela instituição, e normalmente é norteador pela definição do tema, elaboração de um projeto, seguido da sua aplicação. Além disso, toda a fase de realização do trabalho suscita a influência direta de alguns agentes que precisam ser considerados como a relação universidade-empresa, a administração dos estágios e o papel do estagiário.

- A pesquisa realizada com os acadêmicos de duas instituições demonstra que na visão deles o estágio supervisionado contribui para a formação profissional, corroborando com a discussão feita pelos autores consultados sobre o tema, bem como, com a legislação que instituiu a obrigatoriedade do estágio.

- As diretrizes curriculares para o curso de Administração, publicadas em 2005, apontam o estágio como atividade opcional para a formação. Certamente esse fato representa a existência de contradições acerca da questão, principalmente porque não são conhecidas as razões que levaram a tal mudança de concepção por parte das diretrizes.

Diante das constatações expostas é importante ressaltar que este artigo constituiu uma discussão inicial sobre a prática do estágio supervisionado, que aborda a visão dos acadêmicos, mas não deixa de considerar a importância de novas pesquisas para conhecer a visão dos demais agentes envolvidos no processo (organizações conectoras, orientadores e administração dos estágios).

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO / CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Comunicado Nacional de 20 de setembro de 2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Administração. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: www.angrad.org.br. Acesso em 04 mar.2006

BRASIL. Lei Federal nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília - DF, 9 de dezembro de 1977.

BRASIL. Decreto lei nº 87.497. **Ministério da Educação e do Desporto**. Brasília, DF, 18 de agosto de 1982.

_____. Resolução conselho federal de educação 02/1993. Ministério da Educação e do Desporto. 04 de outubro de 1993. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 de outubro de 1993.

_____. Parecer câmara de ensino superior/conselho nacional de educação 146/2002. In: **Ministério da Educação e do Desporto**. Brasília, DF, 03 de abril de 2002.

BRASIL. Resolução câmara de ensino superior/conselho nacional de educação 04/2005. Ministério da Educação e do Desporto. 13 de julho de 2005. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 de julho de 2005.

CARAVANTES, Geraldo R. **Teoria Geral da Administração: pensando e fazendo**. Porto Alegre: AGE,1998.

CHAIMOVICH, Hernan. Por uma relação mutuamente proveitosa entre universidade de pesquisa e empresas. In: **Revista de Administração da USP**. v. 34, n. 4. São Paulo: outubro/dezembro, 1999.

EBOLI, Marisa P. Universidade Corporativa: ameaça ou oportunidade para as escolas tradicionais de Administração? In: **Revista de Administração da USP**. v. 34 n.4. São Paulo: outubro/dezembro, 1999.

FACULDADE DE PATO BRANCO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Regulamento do Programa de Estágio Supervisionado em Administração**. Resolução 051 de 29 de outubro de 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade e Estágio Curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, Nilda (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**.6ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, v. 1).

FERRAZ, Serafim Firmo de Souza; et.al. Análise da Formação em Administração na Perspectiva das Inclinações Profissionais. In: XXIX ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Brasília: 2005. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt; et.al.. Competências Adquiridas Durante os Anos de Graduação: um estudo de caso a partir das opiniões de alunos formandos de um curso de administração de empresas. In: XXIX ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Anais...** Brasília: 2005. CD-ROM.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Patrícia Morilha de. et.al. Diferenças Individuais dos Estudantes e Preferência por Métodos de Ensino em Administração: uma aplicação dos tipos psicológicos de Jung. In: XXIX Encontro associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração. **Anais... Brasília: 2005**. CD-ROM.

PICONEZ, Stela B. (coord.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Sed. Campinas: Papirus, 1991.

PIMENTA, Selma G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PLONSKI, Guilherme A. Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo. In: **Revista de Administração da USP**. v. 34 n.4. São Paulo: outubro/dezembro, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RUIZ, João Alves. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SOUZA, Maria José Barbosa, et al. Integração universidade-empresa para melhoria do ensino de administração. In: VIII Encontro anual da associação nacional dos cursos de graduação em administração. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANGRAD, 1997. Disponível em: www.angrad.org.br. Acesso em 21 mar. 2006.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Recebido: 22/11/2006

provado: 28/03/2007